

Jurisprudência Atual

SIMULADO DE JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSTITUCIONAL | ADMINISTRATIVO

PENAL | PROCESSO PENAL | CIVIL | PROCESSO CIVIL

DEMONSTRATIVO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Testemunhas de Jeová, ainda que maiores e capazes, não podem recusar procedimento médico que envolva transfusão de sangue, prevalecendo o dever estatal de preservação da vida sobre a autonomia individual e a liberdade religiosa.

() Certo () Errado

DIREITO ADMINISTRATIVO

2. É permitida a contratação direta de advogados pela Administração Pública, por dispensa de licitação, se preenchidos os requisitos da lei e desde que não haja impedimento específico para a contratação desses serviços.

() Certo () Errado

DIREITO PENAL

3. A medida de segurança imposta em sentença absolutória imprópria não se limita ao tempo máximo da pena abstratamente cominada ao delito, devendo ser mantida enquanto não cessada a periculosidade do agente.

() Certo () Errado

DIREITO PROCESSUAL PENAL

4. A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada.

() Certo () Errado

DIREITO CIVIL

5. Nos casamentos e uniões estáveis envolvendo pessoa maior de 70 anos, o regime obrigatório de separação de bens não pode ser afastado, mesmo por escritura pública.

() Certo () Errado

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

6. O deferimento da justiça gratuita implica, consequentemente, na dispensa da prestação de caução exigida para concessão de tutela provisória.

() Certo () Errado

RESPOSTAS

- 1. ERRADO.** Testemunhas de Jeová, quando maiores e capazes, têm o direito de recusar procedimento médico que envolva transfusão de sangue, com base na autonomia individual e na liberdade religiosa. STF - RE 979.742/AM, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, 25/9/2024 (Tema 952).
- 2. ERRADO.** É constitucional a contratação direta de advogados pela Administração Pública, por inexigibilidade de licitação, se preenchidos os requisitos da lei e desde que não haja impedimento específico para a contratação desses serviços. STF - RE 610.523/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, 25/10/2024 (Tema 309).
- 3. CERTO.** A medida de segurança imposta em sentença absolutória imprópria não se limita ao tempo máximo da pena abstratamente cominada ao delito, devendo ser mantida enquanto não cessada a periculosidade do agente. STJ - HC 894.787-SP, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, 10/3/2025.
- 4. CERTO.** A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada. STF - RE 1.235.340/SC, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, 12/9/2024 (Tema 1.068).
- 5. ERRADO.** Nos casamentos e uniões estáveis envolvendo pessoa maior de 70 anos, o regime de separação de bens previsto no artigo 1.641, II, do Código Civil, pode ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes mediante escritura pública. STF - ARE 1.309.642/SP, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, 1/2/2024 (Tema 1.236).
- 6. ERRADO.** O deferimento da justiça gratuita não implica, consequentemente, na dispensa da prestação de caução exigida para concessão de tutela provisória, desde que não demonstrada sua absoluta impossibilidade. STJ - REsp 1.837.156-SP, Rel. Min. Marco Buzzi, Quarta Turma, 10/6/2025.

Gostou do demonstrativo?

No Jurisprudência Atual, você encontra simulados de jurisprudência organizados por disciplina e período de atualização.

Treine com questões objetivas e revise os principais entendimentos do STF e do STJ.

Acesse o catálogo de simulados disponíveis:

<https://www.jurisprudenciaatual.com.br/simulados-de-jurisprudencia>

Use o cupom BEMVINDO e ganhe 10% de desconto na sua primeira compra.